



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2025-00017-PMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência em anexo.

TIPO MENOR PREÇO

ABERTURA DA SESSÃO

DATA: 16 DE MAIO DE 2025.

HORÁRIO: 09H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

ENDEREÇO: WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR



**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 9/2025-00017/ PMOP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2025-00017-PMOP**

AMPLA CONCORRÊNCIA

MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ, Estado de PA, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria Nº006, de Janeiro de 2025 e sua Equipe de Apoio, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Complementar 123/2006, e demais legislação aplicável, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, destinado ao **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, conforme Termo de Referência e demais anexos.

1. DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente edital o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME.

2.1 – Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos:

ÓRGÃO INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	18H:00M DO DIA 06/05/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).



DATA E HORA LIMITE IMPUGNAÇÃO:	23H:59M DO DIA 13/05/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09H:29M DO DIA 16/05/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09H:00M DO DIA 16/05/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

2.2 – O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos seguintes endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br .

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos;

3.2. Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, que institui o Estatuto Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3.3. Poderão participar deste pregão eletrônico aqueles que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e estiverem devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.4. A participação é exclusiva à **Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#)

3.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.9. Não poderão participar deste pregão:

3.10. Empresas que não atenderem às condições deste edital e seus anexos;

3.11. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.13. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.14. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.15. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.16. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.17. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio

3.18. Empresas inadimplentes em obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará/Pará;

3.19. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.20. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.21. Que constem nos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – Controladoria Geral da União e Cadastro de Inidôneos do TCU.

4. DO CREDENCIAMENTO.

4.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para os licitantes e a sociedade, através da rede mundial de computadores – Internet.

4.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa responsável para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

4.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, terá acesso ao portal.

4.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, bem como manifestar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

4.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)
- 5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos

licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até à abertura da sessão pública.

5.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.11. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 2 (Duas) horas.

5.12. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.12.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.13. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao processo de pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

5.14. O julgamento das propostas será feito pelo menor valor de acordo com o especificado no Anexo I.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, mantendo os padrões de qualidade exigido no Termo de Referência, caso apresente marca e especificações inferiores a prosta será desclassificada;

6.1.3. Indicação da marca, modelo;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Tanto a proposta inicial quanto a proposta reajustada deverão vir acompanhadas de composição de preço unitário para cada item que for ofertado, caso a licitante seja arrematante de algum item, os envios têm por obrigatoriedade ocorrer exclusivamente pela plataforma do Portal de Compras Públicas. A ausência recairá na desclassificação da proposta apresentada.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.9. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (unidade).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,1(um centavo)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Portal de Compras Públicas.

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.1.1. empresas brasileiras;

7.29.1.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.1.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2H (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará as proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.3 deste edital.

8.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. contiver vícios insanáveis;
- b. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 60% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após solicitação de pregoeiro.

8.7. As licitantes que apresentarem propostas de preço e lances inferiores a 60 % do preço estimado do edital (item), independente da sua ordem de classificação, poderá o agente de contratação solicitar comprovação através de Notas fiscais no prazo de 24 horas (momento único) apresentarem viabilidade de preços (composição de custos), o prazo será contado, após a fase de lances.

8.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja



majoração do preço.

- 8.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2H (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.14. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.17. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.18. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.20. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente

9. DA HABILITAÇÃO

classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.7. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2H (duas horas), sob pena de inabilitação.

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



- 9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.15. Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei 14.133/2021):

- 9.15.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- 9.15.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 9.15.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- 9.15.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.15.5. Cópia do Documento de Identidade e do CPF dos sócios e/ou diretores;
- 9.15.6. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para licitante Microempreendedor Individual – MEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, em se tratando de MEI;
- 9.15.7. Os referidos documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.15.8. Certidão Específica de arquivamento expedida pela Junta Comercial do Estado sede ou domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, Atualizada com os últimos registro e arquivamentos.
- 9.15.9. Certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da empresa licitante, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior há 30 (trinta) dias.

9.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei 14.133/2021):

- 9.16.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), juntamente com o Quadro societário QSA, atualizado até 30 (trinta) dias antes da abertura da sessão;
- 9.16.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.16.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- 9.16.4. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do proponente;
- 9.16.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal ou distrital** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.16.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 9.16.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011), acompanhado da Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas, Recursos e Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e



Desempregados, em atendimento a Portaria 667/2021 do TEM e art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, certidão de autos físico 1º e 2º grau, bem como a apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante.

9.16.8. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes

9.16.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.16.10. Os participantes deverão encaminhar os documentos constante no (subitem 9.16.3, 9.16,4 e 9.16.7), em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.17. Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei 14.133/2021):

9.17.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, em nome da empresa licitante e também de seus sócios;

9.17.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço deverá vir acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

a) A demonstração da boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.17.3. Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.17.4. Certidão negativa de débitos e penalidades pessoa física e jurídica emitidas pelo Tribunal de Contas com Jurisdição do Estado Sede da Licitante.

9.17.5. Certidão negativa de débitos e penalidades pessoa física e jurídica emitidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

9.18. Qualificação Técnica (art. 67 da Lei 14.133/2021):

9.18.1. A comprovação da qualificação técnica deverá ser feita através de apresentação de no mínimo 01 (Um) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado,



comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo itens compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função;

9.18.2. Alvará de Funcionamento

9.18.3. Toda a documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ salvo no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Os documentos comprovados tal centralização deverão ser fornecidos pelos(s) órgão(s) competentes da documentação apresentada.

9.19. DECLARAÇÕES

9.19.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação e veracidade; (Anexo III)

9.19.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. (Anexo V)

9.19.2. Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. (Anexo VII)

9.19.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. (Anexo VIII)

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a



inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2H (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter



alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DO COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.



16.2. A Ata será encaminhada ao fornecedor via email e deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal ou E-CNPJ da empresa, sendo logo após devolvida no mesmo email.

16.2.1. O licitante deverá informar em seu cadastro na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br o e-mail para envio do Contrato/Ata para assinatura eletrônica, com a indicação do nome e CPF do representante legal da empresa constante no certificado digital.

16.3. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços o adjudicatário deverá possuir certificado digital.

16.4. Decorrido o prazo do item 16.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não efetivando a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às sanções previstas no Edital.

16.5. A ARP terá prazo de validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

16.4. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de OEIRAS DO PARÁ/PA, não está obrigado a contratar com o vencedor.

16.5. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame.

16.6. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.7. Considera-se preço registrado aquele atribuído aos serviços/fornecimento, incluindo todas as despesas e custos até à execução do serviço, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da Ata na execução da mesma.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

17.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação



então em vigor.

17.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência deste Edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. São obrigações da Contratante e da contratada: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas em anexo, de acordo com as condições estabelecidas no **8. e 9.** do Termo de Referência.

20 - DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

21 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;



- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

21.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

21.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

21.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

21.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

21.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

21.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada



pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. A Autoridade Superior do município de Oeiras Pará poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.11.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

23.11.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.12. O Edital e seus anexos está disponibilizado, na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.oeiras.

23.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Modelo de Proposta de preços

Anexo III: Modelo de declaração de que atendem aos requisitos de habilitação e veracidade

Anexo IV: Modelo de declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação

Anexo V: Modelo declaração de reserva de cargos

Anexo VI: Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP

Anexo VII: Modelo de declaração nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal

Anexo VIII: Modelo de declaração de propostas econômicas;

Anexo IX: Modelo de declaração não parentesco

Anexo X: Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo XI: Minuta do contrato

23.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser



ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

obtidas pelo e-mail cploeiras.pa@gmail.com.

23.16. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Oeiras Pará/PA.

Oeiras do Pará, 05 de Maio de 2025.

Rômulo Augusto Campos Vieira
Pregoeiro
Portaria – GP/PMOP n.º 006/2025/





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhadas neste Termo de Referência.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativa para a compra de material de construção pela secretaria, é baseada em diversos fatores que visam atender às necessidades da comunidade e promover o desenvolvimento na rede ensino. Algumas das principais justificativas incluem: Atendimento às Demandas de Obras Públicas, reformas de escolas, creches dentre outros: A compra de material de construção é essencial para suprir as demandas de obras públicas da secretaria municipal de educação de Oeiras do Pará, em andamento ou planejadas pelo município, como construção, reforma e a aquisição de materiais de construção diversos e hidráulico, atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará, justifica-se pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva, e reparo concernente à pequenas obras da parte estrutural, elétrica e hidráulica dos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e reposição de produtos danificados pelo uso e ação do tempo, nos locais onde funcionam os respectivos órgãos e vias públicas, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

A aquisição de materiais de construção de qualidade é fundamental para garantir a durabilidade, segurança e eficiência das obras realizadas pelo município, assegurando a satisfação e o bem-estar da população que utilizará essas infraestruturas.

A aquisição do material de construção diversificado se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, construção de unidade escolar, recuperação e conservação nas instalações prediais de todas as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

Justificamos que o objetivo da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará é adquirir Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas que seguem relacionados, para substituição de materiais obsoleto ou desgastados pelo uso e pelos serviços de manutenção dos prédios vinculado à secretaria de educação, visando atender as demandas dos programas educacionais, ações em educação, formações e capacitações e as unidades escolares. Para manutenção das atividades administrativas e burocráticas típicas do dia-a-dia dos serviços oferecidos nas Escolas, Creches Municipais e SEMED, que são realizadas durante o ano letivo. Os Matérias de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas serão usados para realização de manutenção, reformas e reparação das Escolas, Creches Municipais e Secretaria Municipal de Educação de



Oeiras;

Ao adquirir materiais de construção, o município garante um suprimento regular e contínuo desses insumos, evitando a interrupção das obras por falta de materiais e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos.

Considerando que a aquisição de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas, torna-se de suma importância para manutenção, reformas e reparação, afim de evitar interrupções dos serviços da Secretaria Municipal de Educação; Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da aquisição, sendo o Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas indispensáveis para a execução das atribuições de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras;

No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos fornecimentos de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas ofertados, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda;

Portanto, a justificativa para a compra de material de construção secretaria municipal de Educação está alinhada com a necessidade de atender às demandas de obras públicas, garantir a qualidade e regularidade das construções, economizar recursos públicos e promover o desenvolvimento econômico local.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, nas Leis Federais nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas no Edital e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

4 DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4.2 A vigência contratual será, a contar da assinatura do Instrumento Contratual, até o final do exercício financeiro em curso, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

4.3 O prazo de fornecimento dos produtos deverá ser imediata, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento pela empresa vencedora do certame nos horários e locais estabelecidos pela(s) Unidade(s) Requisitante(s).

4.4 Os produtos fornecidos devem ser de boa qualidade e procedência comprovada.

5 DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 A adjudicatária deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento da obrigação.

Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das certidões do INSS e FGTS.

5.2 A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

5.3 A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos da Lei e do Edital de Licitação.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas para aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Processo Administrativo específico, de acordo com os valores ofertados e a demandas específicas.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 Impedir que terceiros forneçam o produto objeto deste Pregão;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da licitante vencedora;

7.2 Devolver os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos;

Solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Serviço de Almoxarifado;

7.3 Solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento por servidor designado para este fim, o fornecimento do produto objeto deste Pregão;

7.4 Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

8.2 Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

8.3 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;

8.4 Responder pelos danos causados diretamente à secretaria de Educação de Oeiras, e fundos municipais da Educação vinculados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria Municipal;

8.5 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura de Oeiras do Pará quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

8.6 Efetuar a entrega do produto objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse desta Secretaria Municipal, após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente; Comunicar ao Setor competente da Prefeitura de Oeiras do Pará por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.7 Obrigação de manter-se, durante toda a execução do fornecimento do produto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação.

9 DOS ITENS, QUANTITATIVOS GLOBAL

ORD	DESCRIÇÃO	UNID	FUND EB	QS E	CP	TOT AL
1	AMBRAÇADEIRA DE PLÁSTICO	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
2	AMBRAÇADEIRA TIPO "U" 3/4 C/PARAF.	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
3	ARAME RECOZ N°. : 18 1,24MM	QUILO	675	60 0	22 5	1500
4	AREIA - FINA LAVADA M3	METRO CUBICO	720	64 0	24 0	1600

5	ARGAMASSA 20KG INTERNO	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
6	ARGAMASSA AC 1 20KG	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
7	ARGAMASSA AC 2 20KG	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
8	ARGAMASSA AC 3 20KG	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
9	ARGAMASSA EXTERNA	UNIDADE	315	28 0	10 5	700
0	1 ARRUELA ½	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
1	1 ARRUELA 3/8	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
2	1 ARRUELA 5/16	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
3	1 BALDE DE TINTA ACRILICA CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
4	1 BALDE DE TINTA PARA PISO CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
5	1 BALDE DE TINTA SEMI-BRILHO CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
6	1 BARRA ROSCADA 3/8	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
7	1 BARRA ROSCADA 5/16	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
8	1 BARRA ROSQUEADA 1/2"	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
9	1 BATERIA 100 AMP	UNIDADE	27	24	9	60
0	2 BATERIA 150 AMP	UNIDADE	27	24	9	60
1	2 BOCAL C/ RABICHO	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
2	2 BOCAL LÂMPADA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
3	2 BOCAL PLAFON	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
4	2 BOCAL SIMPLES	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
5	2 BROCA DE VIDEA 8MM	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
6	2 BUCHA DE NYLON 8MM	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
7	2 BUCHA NYLON N.10	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
8	2 BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1.1/4X3/4"	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000

9	2	BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1X3/4"	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
0	3	BUCHA REDUÇÃO SOLD.CURTA25X20M	PEÇA	450	40 0	15 0	1000
1	3	CABO ELÉTRICO 1,5	PEÇA	315	28 0	10 5	700
2	3	CABO ELÉTRICO 10	METRO	225	20 0	75	500
3	3	CABO ELÉTRICO 16	METRO	2250	20 00	75 0	5000
4	3	CABO ELÉTRICO 2,5	METRO	4500	40 00	15 00	10000
5	3	CABO ELÉTRICO 4	METRO	4500	40 00	15 00	10000
6	3	CABO ELÉTRICO 6	METRO	4500	40 00	15 00	10000
7	3	CABO FLEXIVEL 025 MM DE COBRE REVETIDO EM MATERIAL ANTINFLÁVEL	METRO	3150	28 00	10 50	7000
8	3	CADEADO 25 MM	UNIDADE	225	20 0	75	500
9	3	CADEADO 35 MM	UNIDADE	225	20 0	75	500
0	4	CADEADO 40 MM	UNIDADE	225	20 0	75	500
1	4	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 1000 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60
2	4	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 500 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60
3	4	CAIXA DE CONDUITE 2 X 4"	UNIDADE	1260	11 20	42 0	2800
4	4	CAIXA DE DESCARGA SIMPLES	UNIDADE	180	16 0	60	400
5	4	CAIXA DE PASSAGEM	UNIDADE	315	28 0	10 5	700
6	4	CAIXA PADRÃO BIFÁSICO	UNIDADE	45	40	15	100
7	4	CANALETA 20 X 40	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
8	4	CANO PARA ESGOTO DE PVC 100mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
9	4	CANO PARA ESGOTO DE PVC 40mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
0	5	CANO PARA ESGOTO DE PVC 50mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	5	CAP ESGOTO 40 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
2	5	CAP ESGOTO 50 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	32 0	12 0	800

3	5	CAP PVC HID 100 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
4	5	CAP PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
5	5	CAP PVC HID 25 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
6	5	CAP PVC HID 40 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
7	5	CAP PVC HID 50 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
8	5	CHAVE AJUSTÁVEL	UNIDADE	36	32	12	80
9	5	CIMENTO 50 KG	UNIDADE	1800	16 00	60 0	4000
0	6	CORANTE 50ML - CORES DIVERSAS	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
1	6	CURVA PVC HID COM ANEIS 60 MM X 45° PBA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
2	6	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 100 MM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
3	6	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 20 MM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
4	6	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 25 MM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
5	6	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 40 MM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
6	6	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 50 MM	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
7	6	DISCO DIAMANTADO PARA CORTE A SECO 105MM SEGMENTADO - FURO 20MM, COM DIAMETRO DE 105MM	UNIDADE	270	24 0	90	600
8	6	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 100A	UNIDADE	27	24	9	60
9	6	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 63A	UNIDADE	27	24	9	60
0	7	DOBRADICA FERRADURA N.5	PAR	270	24 0	90	600
1	7	DOBRADIÇA PARA PORTA 01 POLEGADA	PAR	270	24 0	90	600
2	7	DOBRADIÇA PARA PORTA 1/2 POLEGADA	PAR	270	24 0	90	600
3	7	DOBRADIÇA PARA PORTA 3/4	PAR	270	24 0	90	600
4	7	ELETRODUTO 32 (PEÇA COM 50 METROS)	PEÇA	90	80	30	200
5	7	ESPAÇADOR DE LAJOTA 2 MM	PCT	900	80 0	30 0	2000

6	7	ESPAÇADOR DE LAJOTA 4 MM	PCT	900	80 0	30 0	2000
7	7	ESPUDE VASO SIMPLES	UND	270	24 0	90	600
8	7	FERRO CONSTRUÇÃO 3/8 - 12M	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
9	7	FERRO CONSTRUÇÃO 4,2 MM - 12M	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
0	8	FERRO CONSTRUÇÃO 5/16 - 12M	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
1	8	FIO DE SILICONE PARA ROÇADEIRA	METRO	1080	96 0	36 0	2400
2	8	FIO TORCIDO 1 ½MIM	METRO	2250	20 00	75 0	5000
3	8	FIO TORCIDO 2 ½MIM	METRO	2250	20 00	75 0	5000
4	8	FIO TORCIDO 4 MIM	METRO	1800	16 00	60 0	4000
5	8	FITA AUFITA AUTOFUSÃO 10M	UNIDADE	180	16 0	60	400
6	8	FITA CREPE 48 MM X 50 MTS	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
7	8	FITA DE AUTOFUSÃO SCOTCH 23 19 MM X 10 M	UNIDADE	135	12 0	45	300
8	8	FITA ISOLANTE 20M	UNIDADE	585	52 0	19 5	1300
9	8	FITA ISOLANTE 33+ SCOTCH 20M X 19 MM	KIT	180	16 0	60	400
0	9	FITA VEDA ROSCA 18mm X 10M	UND	810	72 0	27 0	1800
1	9	FITA VEDA ROSCA 18mm X 50M	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
2	9	FITA ZEBRADA	UNIDADE	270	24 0	90	600
3	9	FORRO PVC 100mm	METRO	1035	92 0	34 5	2300
4	9	FORRO PVC CANTO BRANCO	UNIDADE	270	24 0	90	600
5	9	FORRO PVC MOLDURA BRANCA 6.00 METROS	METRO	1800	16 00	60 0	4000
6	9	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 18 LITROS	UNIDADE	270	24 0	90	600
7	9	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 3600	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
8	9	FURADEIRA ELÉTRICA	UNIDADE	18	16	6	40
9	9	GALÕES TINTA ESMALTE CORES DIVERSAS	UNIDADE	360	32 0	12 0	800

00	1	INTERRUPTOR DUPLO BRANCOMAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
01	1	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 10A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
02	1	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
03	1	INTERRUPTOR TRIPLO BRANCO PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
04	1	JOELHO 3/4 X 1/2	UND	720	64 0	24 0	1600
05	1	JOELHO 40MM	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
06	1	JOELHO 40mm	UND	720	64 0	24 0	1600
07	1	JOELHO 50 MM	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
08	1	JOELHO 90° 20MM	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
09	1	JOELHO PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
10	1	JOELHO PVC HID 20 MM X 1/2"	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
11	1	JOELHO PVC HID 25 SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
12	1	JOELHO PVC HID 25 X 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
13	1	JOGO DE CHAVE DE FENDA	UNIDADE	27	24	9	60
14	1	LAJOTA CERÂMICA 33 X 59 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
15	1	LAJOTA CERÂMICA 45 X 45 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
16	1	LAJOTA CERÂMICA 60 X 60 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
17	1	LAJOTA CERÂMICA 30 X 30 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
18	1	LAJOTA CERÂMICA 32 X 45 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
19	1	LÂMINA PARA ROÇADEIRA 2 PONTAS	UNIDADE	270	24 0	90	600
20	1	LÂMPADA COMPACTA 20W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
21	1	LÂMPADA COMPACTA 25W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
22	1	LÂMPADA COMPACTA 30W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
23	1	LÂMPADA COMPACTA 40W	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600



PREFEITURA MUNICIPAL DE
OEIRAS DO PARÁ
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

24	1	LÂMPADA COMPACTA 60W	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
25	1	LÂMPADA LED BULBO 100W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
26	1	LÂMPADA LED BULBO 20W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
27	1	LÂMPADA LED BULBO 30W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
28	1	LÂMPADA LED BULBO 40W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
29	1	LÂMPADA LED BULBO 50W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
30	1	LIMA CHATA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
31	1	LIXA D`ÁGUA N°80	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
32	1	LIXA MANUAL N° 120	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
33	1	LUVA DE REDUÇÃO 25MM X 20 MM	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
34	1	LUVA DE REDUÇÃO 50MM X 40 MM	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
35	1	MARTELO CABO DE MADEIRA N°25	UNIDADE	90	80	30	200
36	1	NIVELADOR DE PISO 4mm	PCT	540	48 0	18 0	1200
37	1	PINCEL DE PAREDE 4``	UNIDADE	270	24 0	90	600
38	1	PINCEL N° 4 POLEGADAS	UNIDADE	270	24 0	90	600
39	1	PISO CERÂMICO 45X45 PEI 4 DIVERSOS MODELOS	UNIDADE	1035	92 0	34 5	2300
40	1	PORCA ½	UNIDADE	6750	60 00	22 50	15000
41	1	PORCA 3/8	UNIDADE	6750	60 00	22 50	15000
42	1	PORCA 5/16	UNIDADE	6750	60 00	22 50	15000
43	1	PREGO TELHEIRO PCT	PCT	1800	16 00	60 0	4000
44	1	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 2.5" PACOTE COM 1KG	KG	450	40 0	15 0	1000
45	1	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 3/9 PACOTE COM 1KG	KG	450	40 0	15 0	1000
46	1	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 4X6	KG	450	40 0	15 0	1000
47	1	QUIMICAL DE 1L PCT C/6	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000

48	1	REJUNTE P/ CERÂMICA	PCT	630	56 0	21 0	1400
49	1	RIPA DE MARUPA DE MADEIRA 1,5 CM POR 0,5 METROS POR 3,0 M	UNIDADE	432	38 4	14 4	960
50	1	ROLO DE ESPONJA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
51	1	ROLO DE LÃ	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
52	1	SEIXO	METRO	675	60 0	22 5	1500
53	1	SELADOR ACRILICO 18L	UNIDADE	315	28 0	10 5	700
54	1	TAMPA CEGA	UND	675	60 0	22 5	1500
55	1	TE ESGOTO - 50mm	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
56	1	TE ESGOTO 100X100mm	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
57	1	TE ESGOTO 40mm	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
58	1	TE SOLDAVEL 100 MIM	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
59	1	TE SOLDAVEL 20 MIM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
60	1	TE SOLDAVEL 25 MIM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
61	1	TE SOLDAVEL 40 MIM	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
62	1	TELHA BRASILITE	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
63	1	TELHA CERAMICA TIPO PLAN	MILHEIRO	360	32 0	12 0	800
64	1	TELHA ECOLOGICA 244cm X 50cm	UNIDADE	1350	12 00	45 0	3000
65	1	TELHA ONDULADA COMPRIMENTO 244cm LARGURA DE 50cm COM	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
66	1	TIJOLOS COMUNS 9X19X19 CM	MILHEIRO	270	24 0	90	600
67	1	TINTA ESMALTE SECA RAPIDO	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
68	1	TINTA ESMALTE SINTETICO CORES DIVERSAS.	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
69	1	TOMADA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
70	1	TOMADA DE EMBUTIR	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
71	1	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 10A	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200

72	1	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 20A	UNIDADE	585	52 0	19 5	1300
73	1	TOMADA EM CONJUNTO COM 3 ENTRADAS 10ª	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
74	1	TOMADA SOBREPOR	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
75	1	TOMADA UNIVERSAL C/ PLACA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
76	1	TORNEIRA DE METAL BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	16 0	60	400
77	1	TORNEIRA DE PLASTICO BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA UN 30,00 PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	16 0	60	400
78	1	TORNEIRA P/ JARDIM PVC 1/2"	UNIDADE	270	24 0	90	600
79	1	TRELIÇA 6 METROS	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
80	1	TRENA DE 5 METROS	UNIDADE	27	24	9	60
81	1	TUBO PVC HID 20 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
82	1	TUBO PVC HID 25 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
83	1	TUBO PVC HID 32 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
84	1	TUBO PVC HID 50 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
85	1	VASO SANITARIO SIMPLES	UNIDADE	162	14 4	54	360
86	1	VERNIZ COPAL	GALÃO	270	24 0	90	600
87	1	VERNIZ INCOLOR	GALÃO	270	24 0	90	600
88	1	VERNIZ VINHO	GALÃO	270	24 0	90	600
89	1	CARRINHO DE MÃO	UNIDADE	135	12 0	45	300

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato ou outro instrumento substitutivo se for o caso, com base nas disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações.
- 9.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- 9.3. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 9.4. Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 9.5. Serão considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada

e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

10. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Em razão da peculiaridade do objeto e dos requisitos de segurança necessários à execução do objeto, seja pelo transporte de pessoas e cargas/bens da Prefeitura e de terceiros, solicitamos que, além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista e de Qualificação Econômica e Financeira, de que trata a Lei de Licitações, sejam previstos os seguintes requisitos de Qualificação Técnica:

10.2. Atestado de capacidade técnica expedida por Órgão da Administração Pública ou Privada, comprovando que a licitante manteve ou mantém contrato para serviços da mesma natureza desta licitação, contendo o grau de satisfação quanto ao nível de atendimento e qualidade, acompanhado de cópia autenticada do contrato ou nota fiscal correspondente aos serviços prestados da mesma natureza que o objeto deste Pregão;

10.3. Alvará de Funcionamento da Empresa;

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista neste Termo de Referência.

UNIDADES REQUISITANTES PARA FORNECIMENTO DO OBJETO

Secretaria Municipal de Educação e fundos Municipais da Educação;

Oeiras do Pará/PA, 27 de janeiro de 2025.

JULIELSON BARBOSA DA SILVA
Sec. Mun. de Educação
Decreto Mun. Nº 002/2025-GP-PMOP

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: Secretaria Municipal de Educação
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Municipal de Educação em conjunto com os departamentos vinculados, em atendimento as necessidades dos setores e secretaria Educação do Município de Oeiras do Pará.
1. OBJETO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ.
2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO 2.1. Justificativa para a compra de material de construção pela secretaria, é baseada em diversos fatores que visam atender às necessidades da comunidade e promover o desenvolvimento na rede ensino. Algumas das principais justificativas incluem: Atendimento às Demandas de Obras Públicas, reformas de escolas, creches dentre outros: A compra de material de construção é essencial para suprir as demandas de obras públicas da secretaria municipal de educação de Oeiras do Pará, em andamento ou planejadas pelo município, como construção, reforma e a aquisição de materiais de construção diversos e hidráulico, atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará, justifica-se pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva, e reparo concernente à pequenas obras da parte estrutural, elétrica e hidráulica dos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e reposição de produtos danificados pelo uso e ação do tempo, nos locais onde funcionam os respectivos órgãos e



vias públicas, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

A aquisição de materiais de construção de qualidade é fundamental para garantir a durabilidade, segurança e eficiência das obras realizadas pelo município, assegurando a satisfação e o bem-estar da população que utilizará essas infraestruturas.

A aquisição do material de construção diversificado se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, construção de unidade escolar, recuperação e conservação nas instalações prediais de todas as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

Justificamos que o objetivo da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará é adquirir Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas que seguem relacionados, para substituição de materiais obsoleto ou desgastados pelo uso e pelos serviços de manutenção dos prédios vinculado à secretaria de educação, visando atender as demandas dos programas educacionais, ações em educação, formações e capacitações e as unidades escolares. Para manutenção das atividades administrativas e burocráticas típicas do dia-a-dia dos serviços oferecidos nas Escolas, Creches Municipais e SEMED, que são realizadas durante o ano letivo. Os Matérias de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas serão usados para realização de manutenção, reformas e reparação das Escolas, Creches Municipais e Secretaria Municipal de Educação de Oeiras;

Ao adquirir materiais de construção, o município garante um suprimento regular e contínuo desses insumos, evitando a interrupção das obras por falta de materiais e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos.

Considerando que a aquisição de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas, torna-se de suma importância para manutenção, reformas e reparação, afim de evitar interrupções dos serviços da Secretaria Municipal de Educação; Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da aquisição, sendo o Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas indispensáveis para a execução das atribuições de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras; No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos fornecimentos de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas ofertados, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda;

Portanto, a justificativa para a compra de material de construção secretaria municipal de Educação está alinhada com a necessidade de atender às demandas de obras públicas, garantir a qualidade e regularidade das construções, economizar recursos públicos e promover o desenvolvimento econômico local

3. Quantitativo de material a ser contratado:

ORD	DESCRIÇÃO	UNID	FUND EB	QS E	CP	TOT AL
-----	-----------	------	------------	---------	----	-----------

1	AMBRAÇADEIRA DE PLÁSTICO	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
2	AMBRAÇADEIRA TIPO "U" 3/4 C/PARAF.	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
3	ARAME RECOZ N°. : 18 1,24MM	QUILO	675	60 0	22 5	1500
4	AREIA - FINA LAVADA M3	METRO CUBICO	720	64 0	24 0	1600
5	ARGAMASSA 20KG INTERNO	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
6	ARGAMASSA AC 1 20KG	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
7	ARGAMASSA AC 2 20KG	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
8	ARGAMASSA AC 3 20KG	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
9	ARGAMASSA EXTERNA	UNIDADE	315	28 0	10 5	700
10	ARRUELA ½	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
11	ARRUELA 3/8	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
12	ARRUELA 5/16	UNIDADE	2250	20 00	75 0	5000
13	BALDE DE TINTA ACRILICA CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
14	BALDE DE TINTA PARA PISO CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
15	BALDE DE TINTA SEMI-BRILHO CORES DIVERSAS	UNIDADE	225	20 0	75	500
16	BARRA ROSCADA 3/8	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
17	BARRA ROSCADA 5/16	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
18	BARRA ROSQUEADA 1/2"	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
19	BATERIA 100 AMP	UNIDADE	27	24	9	60
20	BATERIA 150 AMP	UNIDADE	27	24	9	60
21	BOCAL C/ RABICHO	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
22	BOCAL LÂMPADA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
23	BOCAL PLAFON	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
24	BOCAL SIMPLES	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200

2	BROCA DE VIDEA 8MM	UNIDADE	450	40	15	1000
5				0	0	
2	BUCHA DE NYLON 8MM	UNIDADE	900	80	30	2000
6				0	0	
2	BUCHA NYLON N.10	UNIDADE	900	80	30	2000
7				0	0	
2	BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1.1/4X3/4"	UNIDADE	450	40	15	1000
8				0	0	
2	BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1X3/4"	UNIDADE	450	40	15	1000
9				0	0	
3	BUCHA REDUÇÃO SOLD.CURTA25X20M	PEÇA	450	40	15	1000
0				0	0	
3	CABO ELÉTRICO 1,5	PEÇA	315	28	10	700
1				0	5	
3	CABO ELÉTRICO 10	METRO	225	20	75	500
2				0		
3	CABO ELÉTRICO 16	METRO	2250	20	75	5000
3				00	0	
3	CABO ELÉTRICO 2,5	METRO	4500	40	15	1000
4				00	00	0
3	CABO ELÉTRICO 4	METRO	4500	40	15	1000
5				00	00	0
3	CABO ELÉTRICO 6	METRO	4500	40	15	1000
6				00	00	0
3	CABO FLEXIVEL 025 MM DE COBRE REVETIDO EM MATERIAL ANTINFLÁVEL	METRO	3150	28	10	7000
7				00	50	
3	CADEADO 25 MM	UNIDADE	225	20	75	500
8				0		
3	CADEADO 35 MM	UNIDADE	225	20	75	500
9				0		
4	CADEADO 40 MM	UNIDADE	225	20	75	500
0				0		
4	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 1000 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60
1						
4	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 500 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60
2						
4	CAIXA DE CONDUITE 2 X 4"	UNIDADE	1260	11	42	2800
3				20	0	
4	CAIXA DE DESCARGA SIMPLES	UNIDADE	180	16	60	400
4				0		
4	CAIXA DE PASSAGEM	UNIDADE	315	28	10	700
5				0	5	
4	CAIXA PADRÃO BIFÁSICO	UNIDADE	45	40	15	100
6						
4	CANAleta 20 X 40	UNIDADE	900	80	30	2000
7				0	0	
4	CANO PARA ESGOTO DE PVC 100mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	32	12	800
8				0	0	

49	CANO PARA ESGOTO DE PVC 40mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	320	120	800
50	CANO PARA ESGOTO DE PVC 50mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	320	120	800
51	CAP ESGOTO 40 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	320	120	800
52	CAP ESGOTO 50 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	320	120	800
53	CAP PVC HID 100 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800
54	CAP PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800
55	CAP PVC HID 25 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800
56	CAP PVC HID 40 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800
57	CAP PVC HID 50 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800
58	CHAVE AJUSTÁVEL	UNIDADE	36	32	12	80
59	CIMENTO 50 KG	UNIDADE	1800	1600	600	4000
60	CORANTE 50ML - CORES DIVERSAS	UNIDADE	900	800	300	2000
61	CURVA PVC HID COM ANEIS 60 MM X 45° PBA	UNIDADE	360	320	120	800
62	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 100 MM	UNIDADE	540	480	180	1200
63	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 20 MM	UNIDADE	540	480	180	1200
64	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 25 MM	UNIDADE	540	480	180	1200
65	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 40 MM	UNIDADE	540	480	180	1200
66	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 50 MM	UNIDADE	360	320	120	800
67	DISCO DIAMANTADO PARA CORTE A SECO 105MM SEGMENTADO - FURO 20MM, COM DIAMETRO DE 105MM	UNIDADE	270	240	90	600
68	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 100A	UNIDADE	27	24	9	60
69	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 63ª	UNIDADE	27	24	9	60
70	DOBRADICA FERRADURA N.5	PAR	270	240	90	600
71	DOBRADIÇA PARA PORTA 01 POLEGADA	PAR	270	240	90	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

2	7	DOBRADIÇA PARA PORTA 1/2 POLEGADA	PAR	270	24 0	90	600
3	7	DOBRADIÇA PARA PORTA 3/4	PAR	270	24 0	90	600
4	7	ELETRODUTO 32 (PEÇA COM 50 METROS)	PEÇA	90	80	30	200
5	7	ESPAÇADOR DE LAJOTA 2 MM	PCT	900	80 0	30 0	2000
6	7	ESPAÇADOR DE LAJOTA 4 MM	PCT	900	80 0	30 0	2000
7	7	ESPUDE VASO SIMPLES	UND	270	24 0	90	600
8	7	FERRO CONSTRUÇÃO 3/8 - 12M	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
9	7	FERRO CONSTRUÇÃO 4,2 MM - 12M	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
0	8	FERRO CONSTRUÇÃO 5/16 - 12M	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
1	8	FIO DE SILICONE PARA ROÇADEIRA	METRO	1080	96 0	36 0	2400
2	8	FIO TORCIDO 1 ½MIM	METRO	2250	20 00	75 0	5000
3	8	FIO TORCIDO 2 ½MIM	METRO	2250	20 00	75 0	5000
4	8	FIO TORCIDO 4 MIM	METRO	1800	16 00	60 0	4000
5	8	FITA AUFITA AUTOFUSÃO 10M	UNIDADE	180	16 0	60	400
6	8	FITA CREPE 48 MM X 50 MTS	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
7	8	FITA DE AUTOFUSÃO SCOTCH 23 19 MM X 10 M	UNIDADE	135	12 0	45	300
8	8	FITA ISOLANTE 20M	UNIDADE	585	52 0	19 5	1300
9	8	FITA ISOLANTE 33+ SCOTCH 20M X 19 MM	KIT	180	16 0	60	400
0	9	FITA VEDA ROSCA 18mm X 10M	UND	810	72 0	27 0	1800
1	9	FITA VEDA ROSCA 18mm X 50M	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
2	9	FITA ZEBRADA	UNIDADE	270	24 0	90	600
3	9	FORRO PVC 100mm	METRO	1035	92 0	34 5	2300
4	9	FORRO PVC CANTO BRANCO	UNIDADE	270	24 0	90	600
5	9	FORRO PVC MOLDURA BRANCA 6.00 METROS	METRO	1800	16 00	60 0	4000

96	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 18 LITROS	UNIDADE	270	24 0	90	600
97	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 3600	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
98	FURADEIRA ELÉTRICA	UNIDADE	18	16	6	40
99	GALÕES TINTA ESMALTE CORES DIVERSAS	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
100	INTERRUPTOR DUPLO BRANCOMAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
101	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 10A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
102	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
103	INTERRUPTOR TRIPLO BRANCO PARALELO	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
104	JOELHO 3/4 X 1/2	UND	720	64 0	24 0	1600
105	JOELHO 40MM	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
106	JOELHO 40mm	UND	720	64 0	24 0	1600
107	JOELHO 50 MM	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
108	JOELHO 90° 20MM	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
109	JOELHO PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
110	JOELHO PVC HID 20 MM X 1/2"	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
111	JOELHO PVC HID 25 SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
112	JOELHO PVC HID 25 X 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
113	JOGO DE CHAVE DE FENDA	UNIDADE	27	24	9	60
114	LAJOTA CERÂMICA 33 X 59 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
115	LAJOTA CERÂMICA 45 X 45 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
116	LAJOTA CERÂMICA 60 X 60 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
117	LAJOTA CERÂMICA 30 X 30 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
118	LAJOTA CERÂMICA 32 X 45 CM	MT	900	80 0	30 0	2000
119	LÂMINA PARA ROÇADEIRA 2 PONTAS	UNIDADE	270	24 0	90	600

1	20	LÂMPADA COMPACTA 20W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	21	LÂMPADA COMPACTA 25W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	22	LÂMPADA COMPACTA 30W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	23	LÂMPADA COMPACTA 40W	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
1	24	LÂMPADA COMPACTA 60W	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
1	25	LÂMPADA LED BULBO 100W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	26	LÂMPADA LED BULBO 20W	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	27	LÂMPADA LED BULBO 30W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
1	28	LÂMPADA LED BULBO 40W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
1	29	LÂMPADA LED BULBO 50W	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
1	30	LIMA CHATA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	31	LIXA D'ÁGUA N°80	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
1	32	LIXA MANUAL N° 120	UNIDADE	675	60 0	22 5	1500
1	33	LUVA DE REDUÇÃO 25MM X 20 MM	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	34	LUVA DE REDUÇÃO 50MM X 40 MM	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	35	MARTELO CABO DE MADEIRA N°25	UNIDADE	90	80	30	200
1	36	NIVELADOR DE PISO 4mm	PCT	540	48 0	18 0	1200
1	37	PINCEL DE PAREDE 4"	UNIDADE	270	24 0	90	600
1	38	PINCEL N° 4 POLEGADAS	UNIDADE	270	24 0	90	600
1	39	PISO CERÂMICO 45X45 PEI 4 DIVERSOS MODELOS	UNIDADE	1035	92 0	34 5	2300
1	40	PORCA ½	UNIDADE	6750	60 00	22 50	1500 0
1	41	PORCA 3/8	UNIDADE	6750	60 00	22 50	1500 0
1	42	PORCA 5/16	UNIDADE	6750	60 00	22 50	1500 0
1	43	PREGO TELHEIRO PCT	PCT	1800	16 00	60 0	4000

1	44	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 2.5" PACOTE COM 1KG	KG	450	40	15	1000
1	45	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 3/9 PACOTE COM 1KG	KG	450	40	15	1000
1	46	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 4X6	KG	450	40	15	1000
1	47	QUIMICAL DE 1L PCT C/6	UNIDADE	450	40	15	1000
1	48	REJUNTE P/ CERÂMICA	PCT	630	56	21	1400
1	49	RIPA DE MARUPA DE MADEIRA 1,5 CM POR 0,5 METROS POR 3,0 M	UNIDADE	432	38	14	960
1	50	ROLO DE ESPONJA	UNIDADE	360	32	12	800
1	51	ROLO DE LÃ	UNIDADE	360	32	12	800
1	52	SEIXO	METRO	675	60	22	1500
1	53	SELADOR ACRILICO 18L	UNIDADE	315	28	10	700
1	54	TAMPA CEGA	UND	675	60	22	1500
1	55	TE ESGOTO - 50mm	UNIDADE	450	40	15	1000
1	56	TE ESGOTO 100X100mm	UNIDADE	450	40	15	1000
1	57	TE ESGOTO 40mm	UNIDADE	450	40	15	1000
1	58	TE SOLDAVEL 100 MIM	UNIDADE	450	40	15	1000
1	59	TE SOLDAVEL 20 MIM	UNIDADE	540	48	18	1200
1	60	TE SOLDAVEL 25 MIM	UNIDADE	540	48	18	1200
1	61	TE SOLDAVEL 40 MIM	UNIDADE	540	48	18	1200
1	62	TELHA BRASILITE	UNIDADE	2250	20	75	5000
1	63	TELHA CERAMICA TIPO PLAN	MILHEIRO	360	32	12	800
1	64	TELHA ECOLOGICA 244cm X 50cm	UNIDADE	1350	12	45	3000
1	65	TELHA ONDULADA COMPRIMENTO 244cm LARGURA DE 50cm COM	UNIDADE	2250	20	75	5000
1	66	TIJOLOS COMUNS 9X19X19 CM	MILHEIRO	270	24	90	600
1	67	TINTA ESMALTE SECA RAPIDO	UNIDADE	450	40	15	1000

1	68	TINTA ESMALTE SINTETICO CORES DIVERSAS.	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	69	TOMADA	UNIDADE	450	40 0	15 0	1000
1	70	TOMADA DE EMBUTIR	UNIDADE	900	80 0	30 0	2000
1	71	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 10A	UNIDADE	540	48 0	18 0	1200
1	72	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 20A	UNIDADE	585	52 0	19 5	1300
1	73	TOMADA EM CONJUNTO COM 3 ENTRADAS 10ª	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	74	TOMADA SOBREPOR	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	75	TOMADA UNIVERSAL C/ PLACA	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	76	TORNEIRA DE METAL BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	16 0	60	400
1	77	TORNEIRA DE PLASTICO BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA UN 30,00 PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	16 0	60	400
1	78	TORNEIRA P/ JARDIM PVC 1/2"	UNIDADE	270	24 0	90	600
1	79	TRELIÇA 6 METROS	UNIDADE	720	64 0	24 0	1600
1	80	TRENA DE 5 METROS	UNIDADE	27	24	9	60
1	81	TUBO PVC HID 20 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	82	TUBO PVC HID 25 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	83	TUBO PVC HID 32 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	84	TUBO PVC HID 50 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	32 0	12 0	800
1	85	VASO SANITARIO SIMPLES	UNIDADE	162	14 4	54	360
1	86	VERNIZ COPAL	GALÃO	270	24 0	90	600
1	87	VERNIZ INCOLOR	GALÃO	270	24 0	90	600
1	88	VERNIZ VINHO	GALÃO	270	24 0	90	600
1	89	CARRINHO DE MÃO	UNIDADE	135	12 0	45	300



4. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 4.1. Considerando a análise desenvolvida, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.
- 4.2. Além disso, os objetos do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida;

5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 5.1. Pretende-se contratar os itens descritos pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo Estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência e ETP com vista a garantir a não interrupção dos atendimentos na secretaria de Educação e Fundos Municipais de Educação.

Nº	UNIDADES
1.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

5. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se a autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providencias cabíveis.

Responsáveis pela formalização da demanda:

Oeiras do Pará/PA, 27 de janeiro de 2025.

JULIELSON BARBOSA DA SILVA
Sec. Mun. de Educação
Decreto Mun. Nº 019/2024-GP-PMOP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. REQUISITANTE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS DO PARÁ

2. SUGESTÃO DE OBJETO PARA CONTRATAÇÃO

A ETP TENDE-SE POR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS DO PARÁ.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O Fundo Municipal de Educação de Oeiras do Pará, por meio da Secretaria Municipal de Educação, tem por obrigação legal e fundamental, a manutenção e garantia do pleno funcionamento de suas Atividades administrativa Pública Municipal, através dos atendimentos à população, pelos atendimentos na Zona Urbana e Rural do município de Oeiras do Pará. Por este motivo faz-se necessário contratação de empresa fornecedora de materiais de construção para atender as necessidades da secretaria municipal de educação e fundos vinculados do município de Oeiras do Pará, para realização de procedimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

diversos nesses departamentos, visando à regularidade e à continuidade dos serviços administrativo Municipal de Oeiras do Pará.

3.2. Justificativa para a compra de material de construção pela secretaria, é baseada em diversos fatores que visam atender às necessidades da comunidade e promover o desenvolvimento na rede ensino. Algumas das principais justificativas incluem: Atendimento às Demandas de Obras Públicas, reformas de escolas, creches dentre outros: A compra de material de construção é essencial para suprir as demandas de obras públicas da secretaria municipal de educação de Oeiras do Pará, em andamento ou planejadas pelo município, como construção, reforma e a aquisição de materiais de construção diversos e hidráulico, atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará, justifica-se pela necessidade de manutenção preventiva e corretiva, e reparo concernente à pequenas obras da parte estrutural, elétrica e hidráulica dos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e reposição de produtos danificados pelo uso e ação do tempo, nos locais onde funcionam os respectivos órgãos e vias públicas, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

A aquisição de materiais de construção de qualidade é fundamental para garantir a durabilidade, segurança e eficiência das obras realizadas pelo município, assegurando a satisfação e o bem-estar da população que utilizará essas infraestruturas.

A aquisição do material de construção diversificado se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, construção de unidade escolar, recuperação e conservação nas instalações prediais de todas as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

Justificamos que o objetivo da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará é adquirir Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas que seguem relacionados, para substituição de materiais obsoleto ou desgastados pelo uso e pelos serviços de manutenção dos prédios vinculado à secretaria de educação, visando atender as demandas dos programas educacionais, ações em educação, formações e capacitações e as unidades escolares. Para manutenção das atividades administrativas e burocráticas típicas do dia-a-dia dos serviços oferecidos nas Escolas, Creches Municipais e SEMED, que são realizadas durante o ano letivo. Os Matérias de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas serão usados para realização de manutenção, reformas e reparação das Escolas, Creches Municipais e Secretaria Municipal de Educação de Oeiras;

Ao adquirir materiais de construção, o município garante um suprimento regular e contínuo desses insumos, evitando a interrupção das obras por falta de materiais e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos.

Considerando que a aquisição de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas, torna-se de suma importância para manutenção, reformas e reparação, afim de evitar interrupções dos serviços da Secretaria Municipal de Educação; Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da aquisição, sendo o Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas indispensáveis para a execução das atribuições de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Oeiras;

No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

fornecimentos de Material de Construção, Elétrico, Hidráulico e Ferramentas ofertados, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda;

Portanto, a justificativa para a compra de material de construção secretaria municipal de Educação está alinhada com a necessidade de atender às demandas de obras públicas, garantir a qualidade e regularidade das construções, economizar recursos públicos e promover o desenvolvimento econômico local

Desta forma, a Secretaria Municipal solicita a realização de procedimento licitatório adequado.

4. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos necessários para contratação, estão descritos na tabela abaixo e cada item com suas especificações e quantidades.

4.2. Os requisitos da contratação de material de construção pelo Município de Oeiras do Pará, envolverão critérios técnicos, legais e operacionais que garantirão a seleção dos melhores fornecedores e a execução eficiente das obras públicas. Alguns dos principais requisitos incluirão: Qualidade dos Materiais: Os materiais de construção deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade e segurança das obras realizadas pela secretaria municipal de educação do município de Oeiras do Pará. Compatibilidade com as Especificações Técnicas: Os materiais adquiridos deverão ser compatíveis com as especificações técnicas dos projetos de construção e reforma elaborados pela secretaria, atendendo às necessidades específicas de cada obra. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Os fornecedores deverão apresentar regularidade fiscal e trabalhista, estando em dia com o pagamento de tributos e contribuições sociais, bem como cumprindo as obrigações trabalhistas conforme a legislação vigente. Capacidade Técnica e Operacional: Os fornecedores deverão comprovar sua capacidade técnica e operacional para fornecer os materiais de construção conforme as quantidades e prazos estipulados pela secretaria de educação, garantindo a entrega no local e horário definidos. Preços Competitivos: Os preços dos materiais de construção deverão ser competitivos e compatíveis com os praticados pelo mercado, assegurando a obtenção do melhor custo-benefício para a secretaria. Garantia dos Produtos: Os materiais fornecidos deverão contar com garantia de qualidade e adequação ao uso, garantindo a substituição ou reparo em caso de defeitos ou não conformidades.

4.3. Documentação completa: Os fornecedores deverão apresentar toda a documentação exigida no edital de licitação, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e proposta comercial. Os materiais de construção deverão ser produzidos e fornecidos, visando minimizar o impacto ambiental das obras públicas realizadas pelo município. Ao estabelecer e exigir esses requisitos, o Município de Oeiras do Pará, assegurará a seleção de fornecedores qualificados e a aquisição de materiais de construção que atendam às necessidades técnicas, legais e operacionais das obras públicas em execução.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de preço será realizada pelo Departamento de Compras e deverá realizar consulta a fornecedores locais/regionais, por meio de consulta a correio eletrônico ou outro meio idôneo, bem como consulta do Banco de preços em observância as Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

No âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu artigo 6º que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços". O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligopolista. Explicitamente declaramos que a contratação é viável. Justificada pela necessidade e pela forma de contratação proposta.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para a estipulação dos quantitativos foram consideradas o levantamento de consumo solicitado pela requisitante conforme apresentado no Documento de Formalização da Demanda. Será utilizado o sistema de registro de preços, a contratada receberá programação dos serviços que será emitido pela Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará juntamente com a secretaria municipal de Educação. Essa estimativa se encontra consignada na tabela apresentada neste ETP item 4- Descrição e Requisitos da Contratação.

7.2. Para os serviços do referido objeto a ser licitado foi utilizado a referência do processo de Preços Eletrônico - 9/2024-00019/2024, município de Oeiras do Pará, através da secretaria de Educação, obtendo como valor estimado de referência para eventual contratação de **R\$ 7.915.151,40**, conforme documentos em anexo da consulta.

D	DESCRIÇÃO	UNID	FUNDE B	QSE	CP	TOTAL	V_UNIT	TOTAL
1	AMBRAÇADEIRA DE PLÁSTICO	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 1,00	R\$ 2.000,00
2	AMBRAÇADEIRA TIPO "U" 3/4 C/PARAF.	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 1,00	R\$ 2.000,00
3	ARAME RECOZ Nº.: 18 1,24MM	QUILO	675	600	225	1500	R\$ 25,00	R\$ 37.500,00
4	AREIA - FINA LAVADA M3	METRO CUBICO	720	640	240	1600	R\$ 140,00	R\$ 224.000,00
5	ARGAMASSA 20KG INTERNO	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 48,00	R\$ 48.000,00
6	ARGAMASSA AC 1 20KG	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 22,00	R\$ 22.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

7	ARGAMASSA AC 20KG	2	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 30,00	R\$ 36.000,00
8	ARGAMASSA AC 20KG	3	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 48,00	R\$ 48.000,00
9	ARGAMASSA EXTERNA		UNIDADE	315	280	105	700	R\$ 48,00	R\$ 33.600,00
10	ARRUELA 1/2		UNIDADE	2250	2000	750	5000	R\$ 0,85	R\$ 4.250,00
11	ARRUELA 3/8		UNIDADE	2250	2000	750	5000	R\$ 0,35	R\$ 1.750,00
12	ARRUELA 5/16		UNIDADE	2250	2000	750	5000	R\$ 0,25	R\$ 1.250,00
13	BALDE DE TINTA ACRILICA DIVERSAS CORES		UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00
14	BALDE DE TINTA PARA PISO DIVERSAS CORES		UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 285,00	R\$ 142.500,00
15	BALDE DE TINTA SEMI-BRILHO DIVERSAS CORES		UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 374,00	R\$ 187.000,00
16	BARRA ROSCADA 3/8		UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 10,00	R\$ 20.000,00
17	BARRA ROSCADA 5/16		UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 9,00	R\$ 18.000,00
18	BARRA ROSQUEADA 1/2"		UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 21,00	R\$ 21.000,00
19	BATERIA 100 AMP		UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 1.372,00	R\$ 82.320,00
20	BATERIA 150 AMP		UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 1.795,00	R\$ 107.700,00
21	BOCAL C/ RABICHO		UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
22	BOCAL LÂMPADA		UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
23	BOCAL PLAFON		UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 7,00	R\$ 8.400,00
24	BOCAL SIMPLES		UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 4,50	R\$ 5.400,00
25	BROCA DE VIDEA 8MM		UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00
26	BUCHA DE NYLON 8MM		UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
27	BUCHA NYLON N.10		UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
28	BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1.1/4X3/4"		UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 6,04	R\$ 6.040,00

29	BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL 1X3/4"	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 3,49	R\$ 3.490,00
30	BUCHA REDUÇÃO SOLD.CURTA25X20M	PEÇA	450	400	150	1000	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
31	CABO ELÉTRICO 1,5	PEÇA	315	280	105	700	R\$ 2,50	R\$ 1.750,00
32	CABO ELÉTRICO 10	METRO	225	200	75	500	R\$ 13,00	R\$ 6.500,00
33	CABO ELÉTRICO 16	METRO	2250	2000	750	5000	R\$ 16,00	R\$ 80.000,00
34	CABO ELÉTRICO 2,5	METRO	4500	4000	1500	10000	R\$ 3,50	R\$ 35.000,00
35	CABO ELÉTRICO 4	METRO	4500	4000	1500	10000	R\$ 5,50	R\$ 55.000,00
36	CABO ELÉTRICO 6	METRO	4500	4000	1500	10000	R\$ 8,50	R\$ 85.000,00
37	CABO FLEXIVEL 025 MM DE COBRE REVETIDO EM MATERIAL ANTINFLÁVEL	METRO	3150	2800	1050	7000	R\$ 13,39	R\$ 93.730,00
38	CADEADO 25 MM	UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
39	CADEADO 35 MM	UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 28,50	R\$ 14.250,00
40	CADEADO 40 MM	UNIDADE	225	200	75	500	R\$ 38,00	R\$ 19.000,00
41	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 1000 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 565,00	R\$ 33.900,00
42	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO CAPACIDADE 500 L COM TAMPA	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 365,00	R\$ 21.900,00
43	CAIXA DE CONDUITE 2 X 4"	UNIDADE	1260	1120	420	2800	R\$ 2,50	R\$ 7.000,00
44	CAIXA DE DESCARGA SIMPLES	UNIDADE	180	160	60	400	R\$ 52,00	R\$ 20.800,00
45	CAIXA DE PASSAGEM	UNIDADE	315	280	105	700	R\$ 12,00	R\$ 8.400,00
46	CAIXA PADRÃO BIFÁSICO	UNIDADE	45	40	15	100	R\$ 189,00	R\$ 18.900,00
47	CANAleta 20 X 40	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 40,00	R\$ 80.000,00
48	CANO PARA ESGOTO DE PVC 100mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 120,00	R\$ 96.000,00



49	CANO PARA ESGOTO DE PVC 40mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 49,00	R\$ 39.200,00
50	CANO PARA ESGOTO DE PVC 50mm POR 6M POR BARRA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 82,00	R\$ 65.600,00
51	CAP ESGOTO 40 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 3,87	R\$ 3.096,00
52	CAP ESGOTO 50 mm PRETO POLIETILENO	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 3,85	R\$ 3.080,00
53	CAP PVC HID 100 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 80,000	R\$ 64.000,00
54	CAP PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 18,00	R\$ 14.400,00
55	CAP PVC HID 25 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 23,00	R\$ 18.400,00
56	CAP PVC HID 40 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 83,00	R\$ 66.400,00
57	CAP PVC HID 50 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 109,00	R\$ 87.200,00
58	CHAVE AJUSTÁVEL	UNIDADE	36	32	12	80	R\$ 78,00	R\$ 6.240,00
59	CIMENTO 50 KG	UNIDADE	1800	1600	600	4000	R\$ 55,00	R\$ 220.000,00
60	CORANTE 50ML - CORES DIVERSAS	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 7,50	R\$ 15.000,00
61	CURVA PVC HID COM ANEIS 60 MM X 45° PBA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 44,50	R\$ 35.600,00
62	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 100 MM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 75,80	R\$ 90.960,00
63	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 20 MM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 3,00	R\$ 3.600,00
64	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 25 MM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 5,00	R\$ 6.000,00
65	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 40 MM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 20,50	R\$ 24.600,00
66	CURVA PVC SOLDÁVEL 90° X 50 MM	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 25,00	R\$ 20.000,00
67	DISCO DIAMANTADO PARA CORTE A SECO 105MM SEGMENTADO	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 44,50	R\$ 26.700,00



	- FURO 20MM, COM DIAMETRO DE 105MM								
68	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 100A	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 181,00	R\$ 10.860,00	
69	DISJUNTOR TRIPOLAR DIM 63 ^a	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 75,50	R\$ 4.530,00	
70	DOBRADICA FERRADURA N.5	PAR	270	240	90	600	R\$ 21,60	R\$ 12.960,00	
71	DOBRADIÇA PARA PORTA 01 POLEGADA	PAR	270	240	90	600	R\$ 1,47	R\$ 882,00	
72	DOBRADIÇA PARA PORTA 1/2 POLEGADA	PAR	270	240	90	600	R\$ 0,89	R\$ 534,00	
73	DOBRADIÇA PARA PORTA ¾	PAR	270	240	90	600	R\$ 1,99	R\$ 1.194,00	
74	ELETRODUTO (PEÇA COM 32 METROS)	PEÇA	90	80	30	200	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00	
75	ESPAÇADOR DE LAJOTA 2 MM	PCT	900	800	300	2000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00	
76	ESPAÇADOR DE LAJOTA 4 MM	PCT	900	800	300	2000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00	
77	ESPUDE VASO SIMPLES	UND	270	240	90	600	R\$ 7,50	R\$ 4.500,00	
78	FERRO CONSTRUÇÃO 3/8 - 12M	UNIDADE	675	600	225	1500	R\$ 75,00	R\$ 112.500,00	
79	FERRO CONSTRUÇÃO 4,2 MM - 12M	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 20,00	R\$ 40.000,00	
80	FERRO CONSTRUÇÃO 5/16 - 12M	UNIDADE	675	600	225	1500	R\$ 52,00	R\$ 78.000,00	
81	FIO DE SILICONE PARA ROÇADEIRA	METRO	1080	960	360	2400	R\$ 2,00	R\$ 4.800,00	
82	FIO TORCIDO 1 ½MIM	METRO	2250	2000	750	5000	R\$ 3,00	R\$ 15.000,00	
83	FIO TORCIDO 2 ½MIM	METRO	2250	2000	750	5000	R\$ 4,50	R\$ 22.500,00	
84	FIO TORCIDO 4 MIM	METRO	1800	1600	600	4000	R\$ 6,50	R\$ 26.000,00	
85	FITA AUFITA AUTOFUSÃO 10M	UNIDADE	180	160	60	400	R\$ 62,00	R\$ 24.800,00	
86	FITA CREPE 48 MM X 50 MTS	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 17,00	R\$ 17.000,00	
87	FITA DE AUTOFUSÃO SCOTCH 23 19 MM X 10 M	UNIDADE	135	120	45	300	R\$ 27,74	R\$ 8.322,00	
88	FITA ISOLANTE 20M	UNIDADE	585	520	195	1300	R\$ 11,00	R\$ 14.300,00	
89	FITA ISOLANTE 33+ SCOTCH 20M X 19 MM	KIT	180	160	60	400	R\$ 74,67	R\$ 29.868,00	



90	FITA VEDA ROSCA 18mm X 10M	UND	810	720	270	1800	R\$ 5,00	R\$ 9.000,00
91	FITA VEDA ROSCA 18mm X 50M	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
92	FITA ZEBRADA	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 34,00	R\$ 20.400,00
93	FORRO PVC 100mm	METRO	1035	920	345	2300	R\$ 17,69	R\$ 40.687,00
94	FORRO PVC CANTO BRANCO	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 30,00	R\$ 18.000,00
95	FORRO PVC MOLDURA BRANCA 6.00 METROS	METRO	1800	1600	600	4000	R\$ 29,09	R\$ 116.360,00
96	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 18 LITROS	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 130,00	R\$ 78.000,00
97	FUNDO PREPARADOR BASE AGUA 3600	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 30,00	R\$ 30.000,00
98	FURADEIRA ELÉTRICA	UNIDADE	18	16	6	40	R\$ 433,00	R\$ 17.320,00
99	GALÕES TINTA ESMALTE CORES DIVERSAS	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 90,00	R\$ 72.000,00
100	INTERRUPTOR DUPLO BRANCOMAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 26,00	R\$ 41.600,00
101	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 10A PARALELO	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 18,50	R\$ 29.600,00
102	INTERRUPTOR SIMPLES BRANCO MAIS TOMADA 20A PARALELO	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 27,00	R\$ 43.200,00
103	INTERRUPTOR TRIPLO BRANCO PARALELO	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 10,00	R\$ 16.000,00
104	JOELHO 3/4 X 1/2	UND	720	640	240	1600	R\$ 2,87	R\$ 4.592,00
105	JOELHO 40MM	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 7,00	R\$ 11.200,00
106	JOELHO 40mm	UND	720	640	240	1600	R\$ 7,00	R\$ 11.200,00
107	JOELHO 50 MM	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00
108	JOELHO 90° 20MM	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 1,50	R\$ 2.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

109	JOELHO PVC HID 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 1,50	R\$ 2.400,00
110	JOELHO PVC HID 20 MM X 1/2"	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 2,50	R\$ 4.000,00
111	JOELHO PVC HID 25 SOLDÁVEL	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 2,50	R\$ 4.000,00
112	JOELHO PVC HID 25 X 20 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 3,25	R\$ 5.200,00
113	JOGO DE CHAVE DE FENDA	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 52,85	R\$ 3.171,00
114	LAJOTA CERÂMICA 33 X 59 CM	MT	900	800	300	2000	R\$ 47,00	R\$ 94.000,00
115	LAJOTA CERÂMICA 45 X 45 CM	MT	900	800	300	2000	R\$ 48,00	R\$ 96.000,00
116	LAJOTA CERÂMICA 60 X 60 CM	MT	900	800	300	2000	R\$ 83,40	R\$ 166.800,00
117	LAJOTA CERÂMICA 30 X 30 CM	MT	900	800	300	2000	R\$ 72,64	R\$ 145.280,00
118	LAJOTA CERÂMICA 32 X 45 CM	MT	900	800	300	2000	R\$ 76,98	R\$ 153.960,00
119	LÂMINA PARA ROÇADEIRA PONTAS	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 55,00	R\$ 33.000,00
120	LÂMPADA COMPACTA 20W	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 6,05	R\$ 6.050,00
121	LÂMPADA COMPACTA 25W	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 9,39	R\$ 9.390,00
122	LÂMPADA COMPACTA 30W	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 9,49	R\$ 9.490,00
123	LÂMPADA COMPACTA 40W	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 14,89	R\$ 23.824,00
124	LÂMPADA COMPACTA 60W	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 33,89	R\$ 54.224,00
125	LÂMPADA BULBO 100W LED	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 78,99	R\$ 78.990,00
126	LÂMPADA BULBO 20W LED	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 21,00	R\$ 21.000,00
127	LÂMPADA BULBO 30W LED	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 30,00	R\$ 60.000,00
128	LÂMPADA BULBO 40W LED	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 40,00	R\$ 80.000,00
129	LÂMPADA BULBO 50W LED	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 53,00	R\$ 106.000,00
130	LIMA CHATA	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
131	LIXA D`ÁGUA N°80	UNIDADE	675	600	225	1500	R\$ 3,00	R\$ 4.500,00



132	LIXA MANUAL N° 120	UNIDADE	675	600	225	1500	R\$ 1,50	R\$ 2.250,00
133	LUVA DE REDUÇÃO 25MM X 20 MM	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 1,75	R\$ 1.400,00
134	LUVA DE REDUÇÃO 50MM X 40 MM	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 5,00	R\$ 4.000,00
135	MARTELO CABO DE MADEIRA N°25	UNIDADE	90	80	30	200	R\$ 45,00	R\$ 9.000,00
136	NIVELADOR DE PISO 4mm	PCT	540	480	180	1200	R\$ 11,90	R\$ 14.280,00
137	PINCEL DE PAREDE 4``	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 13,00	R\$ 7.800,00
138	PINCEL N° 4 POLEGADAS	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 13,14	R\$ 7.884,00
139	PISO CERÂMICO 45X45 PEI 4 DIVERSOS MODELOS	UNIDADE	1035	920	345	2300	R\$ 48,00	R\$ 110.400,00
140	PORCA ½	UNIDADE	6750	6000	2250	15000	R\$ 1,00	R\$ 15.000,00
141	PORCA 3/8	UNIDADE	6750	6000	2250	15000	R\$ 0,35	R\$ 5.250,00
142	PORCA 5/16	UNIDADE	6750	6000	2250	15000	R\$ 0,25	R\$ 3.750,00
143	PREGO TELHEIRO PCT	PCT	1800	1600	600	4000	R\$ 15,00	R\$ 60.000,00
144	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 2.5" PACOTE COM 1KG	KG	450	400	150	1000	R\$ 48,00	R\$ 48.000,00
145	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 3/9 PACOTE COM 1KG	KG	450	400	150	1000	R\$ 48,00	R\$ 48.000,00
146	PREGO GALVANIZADO COM CABEÇA 4X6	KG	450	400	150	1000	R\$ 48,00	R\$ 48.000,00
147	QUIMICAL DE 1L PCT C/6	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 60,00	R\$ 60.000,00
148	REJUNTE P/ CERÂMICA	PCT	630	560	210	1400	R\$ 14,00	R\$ 19.600,00
149	RIPA DE MARUPA DE MADEIRA 1,5 CM POR 0,5 METROS POR 3,0 M	UNIDADE	432	384	144	960	R\$ 42,99	R\$ 41.270,40
150	ROLO DE ESPONJA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 10,00	R\$ 8.000,00
151	ROLO DE LÃ	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 23,00	R\$ 18.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

152	SEIXO	METRO	675	600	225	1500	R\$ 134,87	R\$ 202.305,00
153	SELADOR ACRILICO 18L	UNIDADE	315	280	105	700	R\$ 130,00	R\$ 91.000,00
154	TAMPA CEGA	UND	675	600	225	1500	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
155	TE ESGOTO - 50mm	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 11,00	R\$ 11.000,00
156	TE ESGOTO 100X100mm	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 15,00	R\$ 15.000,00
157	TE ESGOTO 40mm	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
158	TE SOLDAVEL 100 MIM	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 64,05	R\$ 64.050,00
159	TE SOLDAVEL 20 MIM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 2,00	R\$ 2.400,00
160	TE SOLDAVEL 25 MIM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 2,50	R\$ 3.000,00
161	TE SOLDAVEL 40 MIM	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 9,00	R\$ 10.800,00
162	TELHA BRASILITE	UNIDADE	2250	2000	750	5000	R\$ 26,00	R\$ 130.000,00
163	TELHA CERAMICA TIPO PLAN	MILHEIRO	360	320	120	800	R\$ 473,19	R\$ 378.552,00
164	TELHA ECOLOGICA 244cm X 50cm	UNIDADE	1350	1200	450	3000	R\$ 59,13	R\$ 177.390,00
165	TELHA ONDULADA COMPRIMENTO 244cm LARGURA DE 50cm COM	UNIDADE	2250	2000	750	5000	R\$ 26,00	R\$ 130.000,00
166	TIJOLOS COMUNS 9X19X19 CM	MILHEIRO	270	240	90	600	R\$ 539,99	R\$ 323.994,00
167	TINTA ESMALTE SECA RAPIDO	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
168	TINTA ESMALTE SINTETICO CORES DIVERSAS.	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
169	TOMADA	UNIDADE	450	400	150	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
170	TOMADA DE EMBUTIR	UNIDADE	900	800	300	2000	R\$ 10,20	R\$ 20.400,00
171	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 10ª	UNIDADE	540	480	180	1200	R\$ 18,00	R\$ 21.600,00
172	TOMADA DUPLA 4X2 PARA 20ª	UNIDADE	585	520	195	1300	R\$ 20,00	R\$ 26.000,00
173	TOMADA EM CONJUNTO COM 3 ENTRADAS 10ª	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 20,00	R\$ 16.000,00

174	TOMADA SOBREPOR	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 13,00	R\$ 10.400,00
175	TOMADA UNIVERSAL C/ PLACA	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 4,39	R\$ 3.512,00
176	TORNEIRA DE METAL BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	160	60	400	R\$ 65,00	R\$ 26.000,00
177	TORNEIRA DE PLASTICO BICA ALTA BITOLA DE 1/2 POLEGADA, PARA COZINHA DE COLOCAR NA UN 30,00 PAREDE MOVEL	UNIDADE	180	160	60	400	R\$ 165,00	R\$ 66.000,00
178	TORNEIRA P/ JARDIM PVC 1/2"	UNIDADE	270	240	90	600	R\$ 5,00	R\$ 3.000,00
179	TRELIÇA 6 METROS	UNIDADE	720	640	240	1600	R\$ 45,00	R\$ 72.000,00
180	TRENA DE 5 METROS	UNIDADE	27	24	9	60	R\$ 17,00	R\$ 1.020,00
181	TUBO PVC HID 20 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 18,00	R\$ 14.400,00
182	TUBO PVC HID 25 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 25,00	R\$ 20.000,00
183	TUBO PVC HID 32 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 39,00	R\$ 31.200,00
184	TUBO PVC HID 50 MM SOLDAVEL	UNIDADE	360	320	120	800	R\$ 109,00	R\$ 87.200,00
185	VASO SANITARIO SIMPLES	UNIDADE	162	144	54	360	R\$ 550,00	R\$ 198.000,00
186	VERNIZ COPAL	GALÃO	270	240	90	600	R\$ 33,00	R\$ 19.800,00
187	VERNIZ INCOLOR	GALÃO	270	240	90	600	R\$ 33,00	R\$ 19.800,00
188	VERNIZ VINHO	GALÃO	270	240	90	600	R\$ 33,00	R\$ 19.800,00
189	CARRINHO DE MÃO	UNIDADE	135	120	45	300	R\$ 220,00	R\$ 66.000,00
TAL: 7.915.151,40								

7.3. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi realizada com base na pesquisa de mercado detalhada no relatório em anexo, em conformidade com o art. 23, § 1º, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que exige a apuração de preços com critérios objetivos e utilizando fontes confiáveis. O resultado da pesquisa de preços realizada revelou um valor total estimado de R\$ 7.915.151,40.



8. DESCRIÇÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

A contratação decorrente deste procedimento licitatório será formalizada mediante Ata de Registro de Preço - e Termo de Contrato. Os pedidos observarão os quantitativos e deverá ser fornecido em parte, que estiverem de acordo com as especificações exigidas dos itens conforme o pedido da requisitante.

A contratação será com vigência de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo haver prorrogação de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica – se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízos para esta secretaria de acordo com (art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida almeja o fornecimento de Material de construção para serem usados na manutenção para garantir melhores condições no desempenho das atividades realizadas pela requisitante, assim como: eficiência e economicidade a esta Administração pública.

O resultado pretendido na contratação de material de construção pela secretaria de educação é a obtenção de insumos de qualidade que atendam às necessidades das obras públicas planejadas e em andamento, garantindo a eficiência, segurança e durabilidade das construções. Além disso, busca-se: Eficiência na Utilização de Recursos: Espera-se utilizar os recursos de forma eficiente, evitando desperdícios e promovendo a sustentabilidade ambiental durante todas as fases do processo de construção. Economia de Custos: Pretende-se obter materiais de construção com preços competitivos e condições favoráveis de pagamento, buscando economizar recursos públicos e maximizar o investimento nas obras públicas. Cumprimento dos Prazos: O objetivo é garantir o fornecimento dos materiais dentro dos prazos estabelecidos, para que as obras possam ser executadas de acordo com o cronograma previsto, evitando atrasos e prejuízos. Qualidade das Construções: O resultado almejado é a entrega de obras públicas de alta qualidade, que atendam às expectativas da comunidade e contribuam para o desenvolvimento e bem-estar dos educandos e educados. Transparência e Legalidade: Busca-se conduzir todo o processo de contratação de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a lisura e a credibilidade das aquisições realizadas pela secretaria. Portanto, o resultado pretendido é a realização de obras públicas de qualidade, sustentáveis, seguras e que atendam às necessidades da população de Oeiras, contribuindo para o desenvolvimento e o progresso do município.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação não pendente de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente.

13. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se verifica a necessidade de providencias específicas a serem adotadas pela administração previamente a celebração do contrato, nem quanto a capacitação de servidores ou de empregos para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

13. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Não se vislumbram significativos impactos ambientais negativos adicionais decorrentes da contratação.

14. JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE

Assim, considerando o exposto, a pesquisa de preços realizada o levantamento do orçamento estimado da licitação e a existência de recursos orçamentários para cobertura do mesmo, entendemos ser VIÁVEL e NECESSÁRIA a contratação demandada.



Como representante da secretaria municipal de educação, declaro que a contratação de material de construção é viável. Esta declaração é embasada em uma análise abrangente dos aspectos técnicos, financeiros, jurídicos e operacionais envolvidos no processo. Análise Técnica: As especificações técnicas dos materiais necessários para as obras públicas planejadas foram avaliadas, garantindo que atendam aos requisitos de qualidade e segurança estabelecidos pelos projetos. Viabilidade Financeira: Foi realizada uma análise dos recursos orçamentários disponíveis para a aquisição de materiais de construção, assegurando que os custos estejam dentro do orçamento previsto e que haja recursos suficientes para a execução das obras. Conformidade Legal: Verificou-se a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis à contratação pública, garantindo que o processo esteja em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública. Capacidade Operacional: Avaliou-se a capacidade operacional da administração pública para gerenciar o processo de contratação, incluindo a elaboração de editais, a análise de propostas, a formalização de contratos e o acompanhamento da execução dos fornecimentos. Impacto Socioambiental: Consideraram-se os impactos sociais e ambientais da contratação de materiais de construção, buscando garantir a sustentabilidade das obras públicas e o desenvolvimento responsável da comunidade. Com base nessas análises e considerações, afirmamos que a contratação de material de construção é viável e está em conformidade com os objetivos e diretrizes estabelecidos pela secretaria de educação de Oeiras do Pará para a realização das obras públicas planejadas.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

15.1. A contratação apresenta riscos comuns no curso do referido processo, até a sua formalização.

RISCO 01	Risco	Atraso ou suspensão de contratação	
	Probabilidade	Alto	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Não fornecimento dos itens contratados	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Tramitação de forma célere	Setores envolvidos
RISCO 02	Risco	Não atendimento do objeto contratado	
	Probabilidade	Médio	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Fornecimento dos itens que não atendem às especificações técnicas	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Acompanhamento da contratação e análise do objeto.	Setor Solicitante de contratação
RISCO 03	Risco	Não cumprimento dos prazos contratuais	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Atraso nos serviços prestados pelo órgão contratante	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Acompanhamento da execução do objeto	Setor solicitante da contratação
RISCO 04	Risco	Descrição do objeto que não atendem a demanda (quantitativo e qualitativo)	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	



	Dano 1	Danos ao erário decorrente da aquisição de itens inservíveis e retrabalho na realização de novo procedimento licitatório	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Padronizar, quando possível, as especificações de bens e serviços que são mais frequentes	Setor Solicitante da contratação
RISCO 05	Risco	Contratação a preços muito discrepantes (inferiores ou superiores) aos praticados no mercado	
	Probabilidade	Média	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Licitação deserta, contratação com sobre preço, contratação sem economicidade	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Pesquisa preliminar de preço, criação de planilhas de cotações	Setor que realiza a pesquisa de preço
RISCO 06	Risco	Contratação de empresa inapta, que não atua no ramo pertinente ou impedida de contratar com a administração	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Problema na execução do contrato	
	Id	<i>Ação preventiva</i>	<i>Responsável</i>
		Exigir no Edital/TR documentos compatíveis com o objeto licitado e que comprovem a capacidade técnica da contratada	Setor requisitante, comissão de licitação e Agente de contratação

16. RESPONSÁVEL

Oeiras do Pará/PA, 27 de janeiro de 2025.

JULIELSON BARBOSA DA SILVA
Sec. Mun. de Educação
Decreto Mun. Nº 002/2025-GP-PMOP

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE
OEIRAS DO PARÁ
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2025/
PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/ PMOP

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:			Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)			
Inscrição Estadual:			Inscrição Municipal:			
Endereço:						
Bairro:			Cidade:			
CEP:			E-mail para assinatura digital:			
Telefone:			Fax:			
Banco:			Conta Bancária:			
Nome e n.º da Agência:						
ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL

Valor total por extenso: (.....)

- Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no edital deste pregão, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.
- Declaramos, ainda, que estão incluídos nos preços propostos todas as despesas relacionadas com o objeto da licitação, como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros e outras despesas decorrentes de exigência legal.
- Declaramos, por fim, que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data.

(Assinatura do Representante Legal pela Empresa)
Nome/Cargo e Carimbo CNPJ

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDEM AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E VERACIDADE

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2025/
PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/ PMOP**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], declara, nos termos do art. 63, i da lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

OEIRA PARÁ/PA, em ____ de ____ de
2025

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2025/
PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/ PMOP**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que

venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente.

_____EM, __DE _____DE 2025.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CNPJ/CPF)

ANEXO V

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2025/ PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/ PMOP

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], declara, nos termos do art. 63, IV, da lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

OEIRAS/PA, EM ____ DE ____ DE 2025

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CNPJ/CPF)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/PMOP**

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.**

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP, declara, para fins do disposto no edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, está enquadrada como ME/EPP/COOP da lei complementar n.º 123/2006 e suas posteriores alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência, declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da lei complementar supracitada.

POR SER VERDADE, ASSINO A

PRESENTE. LOCAL/DATA, __ DE

_____ DE 2025.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA)

(NOME/CARGO E CARIMBO CNPJ)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N°
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX/2025/PMOP**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n° [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP, Declara, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

LOCAL/DATA, DE _____ DE 2025.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA)

(NOME/CARGO E CARIMBO CNPJ)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROPOSTAS ECONÔMICAS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/PMOP**

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.**

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

[NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], declara nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que a proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme

LOCAL/DATA, DE _____ DE 2025.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA)

(NOME/CARGO E CARIMBO CNPJ)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025/PMOP**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, reta e colateral e, por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

LOCAL/DATA, DE _____ DE 2025.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA)

(NOME/CARGO E CARIMBO CNPJ)

ANEXO X

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO –SRP - Nº
XXX/2025/PMOP**

ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025/PMOP

O MUNICÍPIO DE OEIRAS PARÁ, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na xxxxxx, Oeiras do Pará, Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, devidamente representada neste ato pelo Exmo. Sr. **Prefeita Municipal XXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Oeiras Estado do Pará, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente **ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número **XXX/2025/PMOP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é a o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, deste Município,



processada nos termos do **Processo Administrativo nº. XXX/2025/PMOP**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, **à luz da Lei 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, lei, e alterações posteriores, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES.

1.1 - A presente ARP é integrada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo e órgãos participantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2. DO OBJETO

2.2 - A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, deste Município de Oeiras do Pará – Pará, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

3. FORNECEDORES REGISTRADOS

Empresa: XXXXXXXXXXXXX; C.N.P.J. nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida à XXX (XXX) XXXX-XXXX, representada neste ato pelo Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, C.P.F. nº XXX.XXX.XXX-XX, R.G. nº XXXXX SSP XX.

3.1. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

3.1. Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

3.2. Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s) (docs.).



3.3. Processo nº 0XX/2025/PMOP, referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2025/PMOP .

4. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

4.1. Fica FORMALIZADO, com á presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(s) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR ITEM DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

4.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

4.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

4.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

4.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

5. VIGÊNCIA DA ARP

5.1. A presente ARP tem vigência de 12 MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado para até 24 MESES, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no **item 11.1.** deste documento.

6. VÍNCULOS DA ARP

7.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de



licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no do Termo de Referência anexo.

7. ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do **órgão gerenciador e do particular titular do registro**, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

7.2. O órgão ou entidade pública interessado na **adesão** deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

7.3. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a **aceitação ou não** da contratação decorrente de **adesão**, independentemente de qualquer justificativa formal.

7.4. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

7.1. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional cploeiras.pa@fmail.com no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.2. O GERENCIADOR **poderá recusar a adesão requerida**, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados no **item 6.4 desta ARP**, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

7.3. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes, requisitos, sem prejuízo de outros fixados na jurisprudência do TCU:

7.4. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a **50%** do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

7.5. Não exceder no total das adesões já realizadas a **200%** do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

7.6. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que **R\$ 100 mil**.

7.7. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, **salvo justificativa técnica** e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.8. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

7.8.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP.

7.8.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

7.9. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

7.10. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

8. ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

8.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.5. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

8.6. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o **indeferimento fundamentado**, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;



- 8.7. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade **aderente**, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;
- 8.9. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais **reajustes e revisões de preços**, como também de **cancelamentos e rescisões** de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- 8.10. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- 8.11. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades **aderentes**, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- 8.12. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

9. ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

- 9.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:
- 9.2. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- 9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- 9.4. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- 9.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as



ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

10. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1 O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

10.4. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvada prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

10.5. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.6. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

10.7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 48 horas, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

10.8. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

10.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

10.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.11. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

11. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

11.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no DOU – Seção III.

11.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua



vigência, no *site* do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet [site](#) inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

12. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão ou supressão, acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei 14.133/21. (*Redação Decreto Municipal 1.191/2022*)

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

13.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às **sanções administrativas** previstas no **item 21.** do edital, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de **sanções administrativas** nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

14. CANCELAMENTO / REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP

14.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

14.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

14.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;

14.1.4. Por iniciativa do próprio titular do registro ou por razões de interesse público, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista **fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior**, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.4. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.11. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

14.12. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

14.13 O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item **14** desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

15. DISPOSIÇÃO FINAIS

15.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto nº. 1.191/2022.

OEIRAS DO PARÁ-PA, ___ de ___ de 2025

ANEXO XI

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº
XXX/2025/PMOP PREGÃO ELETRÔNICO Nº
XXX/2025/ PMOP**

MINUTA DO CONTRATO ___/2025/ PMOP

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2025/
PMOP, -**

**QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
OEIRAS DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
OEIRAS DO PARÁ
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
OEIRAS DO PARÁ – PA, E A
EMPRESA_____. MELHOR SE
DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE OEIRAS PARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na xxxxxx, Oeiras do Pará, Estado do Pará, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, devidamente representada neste ato pelo Exmo. Sr. **Prefeita Municipal XXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador do RG nºXXXXXXXXX e do CPF nºXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Oeiras Estado do Pará, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente **ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número **XXX/2025/PMOP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é a o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ** deste Município, processada nos termos do **Processo Administrativo nº. XXX/2025/PMOP**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, **à luz da Lei 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, lei, e alterações posteriores, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E HIDRÁULICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ**, deste Município de Oeiras do Pará – Pará, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	QUANT.	UNID.	XXXXXXXXXXXX	XXX XX X	XXXX XXX XXX	XXXX XXXX XXX
VALOR TOTAL DOS ITENS R\$ ().						R\$ ()

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato, com início na data de/...../. e encerramento em/...../...., podendo ser prorrogado nas mediações do termo da lei de licitações nº 14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2023, na classificação abaixo:
- 4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 5.1. A entrega dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da ORDEM DE COMPRA, nos endereços previamente indicados, sempre dentro do município de Oeiras do Pará/PA.
- 5.2. A aquisição será de forma parcelada, conforme a necessidade de cada Secretaria.
- 5.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços nas quantidades discriminadas em Ordem de Fornecimento, conforme as especificações contidas neste Termo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

5.4. As quantidades do serviço dos objetos deste Termo de Referência que vierem a ser adquiridas serão definidos na respectiva Ordem de Fornecimento;

5.5. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, nos serviços deverá ser substituído, e refeito, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 5 (cinco) dias úteis, não consideradas como prorrogação do prazo de entrega;

5.6. Para cada pedido de fornecimento do objeto contratado feito pela Contratante, a CONTRATADA será responsável por todo e qualquer ônus decorrente da entrega, inclusive o frete ou transporte até o endereço da Contratante, tantas vezes quantos forem necessários, conforme a necessidade da Administração. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo o Município de Oeiras do Pará, responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o fornecimento;

5.7. Não aceito o bem entregue, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

5.8. Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer do (s) bem (s) que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) do Anexo I, do presente Edital, sem qualquer ônus para a administração pública.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.1.1. Banco: __, Agência: nº. __ Conta Corrente: nº__

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Junto de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



8.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o



acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de



dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Cumprir os horários dos serviços do objeto deste contrato estabelecidos pela CONTRATANTE.

9.25. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo



Contratado;

10.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, quando for o caso.

10.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.2. 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

1.3. 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º,



XXIII, alínea
“f”)

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

16.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

16.3.1. A Contratante indica como fiscal de contrato o (a) Sr.(a) _____, inscrito no CPF nº _____, o qual fica autorizado a fiscalizar a execução deste contrato.

16.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

16.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

16.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

16.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

16.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

16.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

16.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).



16.9.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

16.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

16.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

16.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Oeiras do Pará/PA, para dirimir para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem em pleno acordo, CONTRATANTE e CONTRATADO, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza efeitos legais.

Oeiras Pará/PA, de _____ de _____.

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FIRMA.....

C.N.P.J. n°
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
FULANO.....Representado

CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**OEIRAS
DO PARÁ**
*Juntos de mãos dadas,
o trabalho continua!*

ESTADO DO PARÁ | PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
**SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS**

